



Contatos de imprensa:  
Coimbra Sirica / [csirica@burness.com](mailto:csirica@burness.com)  
Wanda Bautista / [wbautista@burness.com](mailto:wbautista@burness.com)

**Na COP 26 da UNFCCC, Novas Pesquisas mostram que os Povos Indígenas e as Comunidades locais detêm pelo menos 958 milhões de hectares de terras que abrangem a maior parte das florestas tropicais ameaçadas de extinção no mundo - mas têm direitos legais sobre menos da metade de suas terras.**

***As terras comunitárias capturam mais de 250 bilhões de toneladas métricas de carbono, e a falta de direitos seguros ameaça a liberação de grande parte desse carbono na atmosfera através do desmatamento.***

GLASGOW (6 de novembro de 2021) - Em [nova pesquisa](#) divulgada na COP da UNFCCC, cientistas mapearam 958 milhões de hectares (mha) de territórios Indígenas e comunitários como contendo mais de 250 bilhões de toneladas métricas de carbono. Entretanto, estas comunidades só têm direitos legalmente reconhecidos a menos da metade desta área (447 mha), colocando em risco as paisagens que protegem, assim como as 130 bilhões de toneladas métricas de carbono que contêm.

Estas paisagens são mantidas e administradas pelos Povos Indígenas (PI), Povos Afrodescendentes (PA) e comunidades locais (CL) em 24 dos países mais florestados do mundo e 60% da área de floresta tropical do planeta. O não reconhecimento de seus direitos expõe, seus territórios, o carbono e a biodiversidade que possuem às crescentes ameaças de desmatamento e degradação, **acelerando potencialmente as emissões de um reservatório de carbono equivalente a 15 vezes as emissões mundiais de Co2 relacionadas à energia de 2020.**

Além das implicações diretas para as metas climáticas globais, a inação nesta agenda acelerará ainda mais os efeitos compostos das crises sociais e ambientais globais ligadas à perda da biodiversidade, ao aumento da pobreza, da desigualdade e da insegurança alimentar e à rápida diminuição da resiliência sócio-ecológica.

A pesquisa, produzida pela Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI), Woodwell Climate Research Center e Rainforest Foundation US, concentrou-se na **Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC)** – uma aliança de comunidades tradicionais nos 24 países\* que, por seus interesses comuns e sua enorme pegada terrestre, incorporam a importância dos PI, CL e PA em todo o mundo.

***"Estes dados mostram o que os cientistas vêm dizendo há anos: Povos Indígenas e comunidades locais devem ser co-autores, não apenas participantes, em soluções climáticas e de biodiversidade", disse Tuntiak Katan, indígena Shuar do Equador e Coordenador Geral da GATC. "Oferecemos a solução mais***

*eficaz, sustentável e equitativa para deter o desmatamento e preservar e restaurar as funções servidas por nossos ecossistemas". A menos que você reconheça nosso papel de manter as florestas tropicais intactas e nossos direitos à autodeterminação, você não pode contar que essas árvores permaneçam de pé".*

Uma [pesquisa](#) mostra que menos de 1% da ajuda oficial ao desenvolvimento para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas foi destinada ao reconhecimento dos direitos de posse florestal comunitária e projetos de manejo. Destes, apenas 17% foram para organizações Indígenas ou comunitárias para implementação - com o restante canalizado para grandes organizações intermediárias. Os líderes da GATC e seus aliados afirmam que os negócios como de costume não podem mais continuar - em 1º de novembro, eles anunciaram a "**Visão Shandia**", uma reimaginação da arquitetura financeira do financiamento global do clima para criar novos mecanismos para canalizar fundos escalonados e diretos para PI e CL para garantir seus direitos de governar efetivamente seus territórios.

*"A Visão Shandia representa a visão de futuro dos titulares de direitos e está enraizada nos objetivos comuns dos membros da GATC de garantir seus territórios para a sobrevivência cultural, defender os direitos coletivos e defender os direitos da natureza", disse **Joseph Itongwa Mukumo, membro da GATC, líder Indígena da área florestal de Walikale na República Democrática do Congo (RDC) e coordenador da REPALAC**, uma rede de comunidades Indígenas e locais para o manejo sustentável dos ecossistemas florestais na África Central. "A Visão Shandia é concebida como um sistema construído pelos povos locais para o povo - e para orientar mecanismos financeiros que financiem os esforços da comunidade para mitigar a crise climática, conservar a biodiversidade, restaurar paisagens degradadas e fazer avançar as economias locais", disse ele.*

**Gustavo Sánchez Valle**, Presidente da Rede Mexicana de Organizações Camponesas Florestais (Mocaf) e Membro da Comissão Executiva da Aliança Mesoamericana dos Povos e Florestas disse: *"Tais mecanismos de financiamento devem apoiar e complementar um conjunto emergente de fundos regionais e nacionais liderados por Indígenas e detentores de direitos comunitários locais em todo o mundo"*. Sanchez, que atua no Conselho da RRI, lidera um desses esforços - o Fundo Territorial Mesoamericano, que se dedica a fomentar o investimento em estruturas comunitárias para a governança de territórios Indígenas e locais na Mesoamérica.

**Solange Bandiaky-Badji, Coordenadora da RRI**, disse que o atual ecossistema de organizações de titulares de direitos e seus aliados já demonstrou as imensas possibilidades de garantir os direitos de terra para alcançar as metas climáticas e de conservação globais. *"Mas a atual escala de financiamento é simplesmente inadequada para capitalizar este ecossistema. A RRI está trabalhando com a liderança da GATC para remediar isto, canalizando recursos para implementadores no terreno; fortalecendo os direitos Indígenas e comunitários, assim como sua capacidade de governar, proteger e restaurar suas terras"*.

**Sara Omi, membro da GATC, líder Embera do Congresso Geral Embera do Panamá do Alto Bayano e Presidente da Coordenadora de Mulheres Líderes Territoriais da Mesoamérica** disse: *"As mulheres Indígenas possuem a maior parte do conhecimento tradicional que tem ajudado as gerações passadas a coexistir com seu meio ambiente. Entretanto, também estamos sofrendo as conseqüências da mudança climática, que afeta nosso direito de sobreviver e proteger nossas terras ancestrais". Se você não investir em nossas economias e em nossos métodos de conservação, esta crise continuará a escalar e afetará desproporcionalmente os mais vulneráveis"*.

Como atores poderosos entram no mercado global de carbono para compensar as emissões feitas em outros lugares, fazê-lo sem primeiro garantir os direitos territoriais das comunidades e investir em suas abordagens tradicionais de conservação traz riscos ainda maiores para sua capacidade de proteger paisagens ameaçadas. [Uma pesquisa da RRI](#) mostra que a grande maioria dos países com florestas tropicais que procuram se beneficiar dos mercados internacionais de carbono ainda não definiu na lei e na prática os direitos dos povos locais sobre o carbono em seus territórios consuetudinários. Esta falta de direitos claros representa riscos substanciais tanto para as comunidades quanto para os investidores, criando incerteza sobre quem se beneficiará das reduções de emissões baseadas na terra.

*"Você pode falar sobre soluções baseadas na natureza, mas não pode implementá-las sem reconhecer os direitos dos povos que têm protegido e administrado as florestas com sucesso por si mesmos por gerações", disse **Suzanne Pelletier, diretora executiva da Rainforest Foundation US.** "Os Povos Indígenas e as comunidades locais têm experiência comprovada em manter - e até mesmo melhorar - a densidade de carbono das paisagens florestais e fazê-lo sob pressões terríveis e muitas vezes violentas". Se a comunidade internacional quer dedicar mais recursos financeiros a soluções climáticas, eles precisam trabalhar diretamente com eles".*

Em um resumo de política que acompanha o mapa, os pesquisadores defenderam cinco princípios interdependentes para guiar todas as ações e investimentos futuros no clima para capacitar as comunidades a protegerem suas terras e florestas, e a perseguirem suas prioridades autodeterminadas:

1. Acelerar o reconhecimento e a aplicação dos direitos à terra, à floresta e aos recursos dos Povos Indígenas, dos Povos Afrodescendentes, das comunidades locais e das mulheres dentro dessas comunidades;
2. Garantir o consentimento livre, prévio e informado (FPIC) das comunidades em todos os projetos que possam impactar os direitos humanos, da terra e dos recursos;
3. Aumentar o financiamento dedicado ao clima, conservação e desenvolvimento e o acesso direto ao financiamento para as comunidades e suas prioridades, e garantir sua participação plena e efetiva em todas as ações e decisões sobre clima e conservação baseadas na natureza, desde a concepção até a implementação;
4. Acabar com a criminalização, intimidação e assassinato de defensores da terra e do meio ambiente;
5. Incorporar efetivamente o conhecimento tradicional em todas as políticas e práticas de mudança climática.

*"Como médicos e enfermeiras, policiais e bombeiros, os Povos Indígenas e as Comunidades Locais são os primeiros a responder na linha de frente da luta para proteger as florestas tropicais remanescentes do planeta", concluiu **Wayne Walker, Diretor do Programa Carbono do Woodwell Climate Research Center e um dos principais pesquisadores.** "Suas terras merecem ser reconhecidas e seus esforços merecem ser recompensados".*

*\*NOTA: As 24 jurisdições da GATC: Bolívia, Brasil, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Colômbia, República Democrática do Congo, Costa Rica, Equador, Guiana Francesa (França), Gabão, Guatemala, Guiana, Honduras, Indonésia, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República do Congo, Ruanda, Suriname e Venezuela.*

###

**A Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC):** GATC é uma coalizão de comunidades indígenas e locais da Bacia Amazônica, Brasil, Indonésia, Mesoamérica e África Central. Representa 35 milhões de habitantes de florestas em 24 países e 840 milhões de hectares de florestas, e cinco organizações territoriais: a Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB), a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago (AMAN), e a Rede de Comunidades Indígenas e Locais para o Manejo Sustentável dos Ecossistemas Florestais da África Central (REPALEAC).

**A Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI):** A RRI é uma Coalizão global de 21 Parceiros e mais de 150 organizações de titulares de direitos e seus aliados dedicados a promover os direitos florestais e de recursos dos Povos Indígenas, dos Povos Afrodescendentes, das comunidades locais e das mulheres dentro dessas comunidades. A RRI alavanca o poder de sua coalizão para ampliar as vozes dos povos locais e engajar proativamente governos, instituições multilaterais e atores do setor privado para adotar reformas institucionais e de mercado que apoiem a realização de seus direitos e o desenvolvimento autodeterminado. Ao avançar um entendimento estratégico das ameaças e oportunidades globais resultantes da insegurança dos direitos à terra e aos recursos, ela desenvolve e promove abordagens baseadas em direitos aos negócios e ao desenvolvimento e catalisa soluções efetivas para escalar a reforma da propriedade rural e a governança sustentável dos recursos. A RRI é coordenada pelo Grupo de Direitos e Recursos, uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington, DC.

**Rainforest Foundation US (RFUS):** RFUS foi fundada para promover os direitos dos Povos Indígenas que vivem na floresta tropical e para apoiar a eles e outras comunidades florestais em seus esforços para proteger e defender seus territórios. RFUS consegue isso através de parcerias com líderes indígenas, comunidades e organizações representativas em toda a América Central e do Sul para garantir e afirmar seus direitos; para obter direitos legais às terras consuetudinárias e para protegê-las do desmatamento através de treinamento técnico, aconselhamento jurídico e de negociação e defesa de direitos; e para construir as instituições, estruturas de governança e habilidades técnicas para avançar em suas políticas e objetivos de desenvolvimento.